



Quinta-feira, 10 de Abril de 2025

I Série – N.º 66

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 425,00

## Ministério da Cultura

**Decreto Executivo n.º 378/25 ..... 12334**

Declara o «Tambor Cinguvu» como Património Cultural Imaterial Nacional, no domínio dos Saberes e Ofícios Tradicionais.

**Decreto Executivo n.º 379/25 ..... 12335**

Declara a «Dança Olundongo» como Património Cultural Imaterial Nacional, no domínio das Práticas Sociais, Rituais e Eventos Festivos.

**Decreto Executivo n.º 380/25 ..... 12336**

Declara o Instrumento Musical Tradicional «Hungo» como Património Cultural Imaterial Nacional, no domínio dos Saberes e Ofícios Tradicionais.

**Decreto Executivo n.º 381/25 ..... 12337**

Declara os «19 Jogos Tradicionais dos Povos do Sul de Angola» como Património Cultural Imaterial Nacional, no domínio das Expressões Artísticas e das Práticas Sociais, Rituais e Eventos Festivos.

**Decreto Executivo n.º 382/25 ..... 12339**

Classifica como Património Cultural Nacional o Edifício-Sede da Rádio Nacional de Angola, situado no Município da Maianga, Província de Luanda.

**Decreto Executivo n.º 383/25 ..... 12340**

Classifica como Sítio de Interesse Histórico Nacional o Clube Desportivo e Centro Recreativo Marítimo da Ilha, situado no Município da Ingombota, Província de Luanda.

# MINISTÉRIO DA CULTURA

## Decreto Executivo n.º 381/25 de 10 de Abril

Considerando que os jogos tradicionais desempenham um papel muito significativo na cultura angolana, não apenas como forma de entretenimento, mas também como instrumentos de educação, socialização e preservação de tradições de quatro grupos etnolinguísticos dos Povos do Sul de Angola, concretamente os Ovimbundos — Benguela, Nhaneca Humbe — Huíla, Cuepes (Vátua) — Namibe e os Ovambo — Cunene;

Atendendo a necessidade de se declarar como Património Cultural Material, de forma a evitar o seu desaparecimento e de promover medidas visando a sua valorização e preservação para as gerações futuras, bem como apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e no uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 14/05, de 7 de Outubro — Lei do Património Cultural, com as alíneas b) e l) do artigo 5.º e o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 133/24, de 25 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura, determino:

### ARTIGO 1.º (Declaração)

São declarados os «19 Jogos Tradicionais dos Povos do Sul de Angola» como «Património Cultural Imaterial Nacional», no domínio das «Expressões Artísticas» e das «Práticas Sociais, Rituais e Eventos Festivos», anexo ao presente Decreto Executivo, de que é parte integrante.

### ARTIGO 2.º (Registo e promoção)

Compete às Entidades da Administração Local do Estado, em colaboração com os agentes culturais e cidadãos, desenvolver as acções de revitalização e a tomada de medidas para a efectiva protecção e valorização do referido Património.

### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Cultura.

### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Março de 2025.

O Ministro, *Filipe Silvino de Pina Zau*.

## ANEXO

## Lista anexa a que se refere o artigo 1.º do presente Decreto Executivo

Província	Grupo etnolinguístico	Nome original do jogo	Significado
Benguela	Ovimbundo	<b>Cambangula</b>	<b>Chapada</b>
		<b>Eco</b>	<b>Salto em cavalo</b>
		<b>Otchipuete</b>	<b>O batuque que toca mais alto ou o som mais alto no meio dos outros</b>
		<b>Umkiri</b>	<b>Saltar mais alto</b>
Huila	Nhaneca Humbe	<b>Onomgombe Bulua</b>	<b>Os bois que estão a lutar</b>
		<b>Obangula Lovifo</b>	<b>A luta dos galhos</b>
		<b>Ocanho</b>	<b>Passagem de testemunho para se determinar a culpa de outrem</b>
		<b>Ocatenga Canguê Ouelauocomaco Ecuaila Liamuhombua Hombua</b>	<b>Pula Pula!</b>
Namibe	Cuepes	<b>Hocuiacula</b>	<b>Jogo de resistência</b>
		<b>Hatchatchatcha</b>	<b>A raposa que vai comer o cabrito</b>
		<b>Onongombe Hipi</b>	<b>Onde está o boi</b>
		<b>Ialupolo Ncaluwiya</b>	<b>Advinha</b>
		<b>Omundele</b>	<b>Aquecer os joelhos</b>
Cunene	Ovawambo	<b>Kena</b>	<b>Não tem nada a ver</b>
		<b>Ocanfuadoco</b>	<b>O fio que rebentou</b>
		<b>Aicutu</b>	<b>Vou-te picar</b>
		<b>Oghunshe</b>	<b>Fio tradicional</b>

O Ministro, *Filipe Silvino de Pina Zau*.

(25-0141-F-MIA)

# MINISTÉRIO DA CULTURA

## Decreto Executivo n.º 382/25 de 10 de Abril

Atendendo que o Edifício-Sede da Rádio Nacional de Angola é uma estrutura com presença icónica no tecido urbano da Cidade de Luanda, desenhado no âmbito do Concurso do «Plano Radiofusão de Angola»;

Considerando a necessidade da sua conservação pelo seu relevante interesse cultural, nomeadamente histórico e arquitectónico;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e no uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 14/05, de 7 de Outubro — Lei do Património Cultural, o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 53/13, de 6 de Junho, que aprova o Regulamento do Património Cultural Imóvel, conjugado com as alíneas b) e l) do artigo 5.º e o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 133/24, de 25 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura, determino:

### ARTIGO 1.º (Classificação)

É classificado como «Património Cultural Nacional» o Edifício-Sede da «Rádio Nacional de Angola — RNA», situado no Município da Maianga, Província de Luanda.

### ARTIGO 2.º (Zona de protecção)

Compete às Entidades da Administração Local do Estado, a tomada de medidas para a efectiva protecção e valorização do referido Património e da sua zona de protecção.

### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Cultura.

### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Março de 2025.

O Ministro, *Filipe Silvino de Pina Zau*.

(25-0141-C-MIA)